

Participação das mulheres nas eleições cresce 46,5% em 2014

(Blog do Planalto, 19/01/2015) A participação das mulheres na política ainda está longe de representar a composição da sociedade brasileira. No entanto, nas eleições de 2014, houve um aumento de 46,5% no número de candidatas aos cargos públicos elegíveis em comparação às eleições de 2010. É o que aponta o artigo [“As mulheres nas eleições de 2014”](#) divulgado, na sexta-feira (16), pela [Secretaria de Políticas para as Mulheres \(SPM\)](#) da Presidência da República.

Clique aqui para acessar o artigo [“As mulheres nas eleições de 2014”](#).



O artigo é assinado por Daniela Ramos, Eliana Graça, Gabriela Andrade e coordenado pela secretária de articulação institucional e ações temática da SPM, Vera Soares, e tem como objetivo traçar um perfil da participação feminina na política, além de analisar o desempenho das mulheres nas eleições do ano passado.

De acordo com o estudo, para quase todos os cargos houve aumento na participação das mulheres que representaram 31,07% do total de candidatos. A disputa para os cargos proporcionais foi a que registrou o maior crescimento na participação feminina. Um exemplo disso, é que o número de candidatas ao cargo de deputada federal cresceu 88% nas eleições do ano passado, saindo de 935 candidatas em 2010 para 1755 em 2014. Para o Senado Federal, o número de candidatas também cresceu de 29 em 2010 para 33 em 2014.

O resultado das eleições resultou também em um aumento na participação das mulheres no Congresso Nacional. Nas últimas eleições, foram eleitas 51 deputadas federais e cinco mulheres para o Senado, enquanto, em 2010, haviam sido eleitas 45 deputadas e sete senadoras.

No entanto, a coordenadora do estudo, Vera Soares, destaca que, apesar do crescimento do número de candidaturas femininas, as mulheres permanecem sub-representadas, já que o aumento do número de candidatas não foi acompanhada de um aumento efetivo do total de mulheres eleitas.

Além disso, a autora demonstra preocupação com a representação política da população negra e indígena, ainda muito aquém da realidade da sociedade brasileira. Segundo Vera Soares, o parlamento brasileiro ainda continua predominantemente masculino, branco e empresarial.

Representação no Executivo

A ocupação de mulheres também encontrou um aumento significativo, nos últimos anos, para o cargo de ministras de Estado. Esse acréscimo se deu, sobretudo, a partir do governo Lula e teve um salto no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff. No mandato de 2011 a 2014, das 39 pastas do governo federal, 10 foram chefiadas por mulheres, índice que representa mais de 25% do total de ministérios.

Além disso, nas eleições presidenciais do ano passado, apesar do total de 11 candidatos apenas 3 serem mulheres, as três candidatas à presidência ficaram entre os quatro primeiros colocados no primeiro turno. Juntas Dilma Rousseff, Marina Silva e Luciana Genro alcançaram 67 milhões de votos, o que correspondeu a 64,5% do total de votos válidos.

Acesse no site de origem: [Participação das mulheres nas eleições cresce 46,5% em 2014 \(Blog do Planalto, 19/01/2015\)](#)

[SPM divulga nota sobre a participação das mulheres nas eleições de 2014](#)

(SPM, 16/01/2015) A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) divulgou nesta semana a nota técnica [“As Mulheres nas Eleições 2014”](#), contendo análises da participação, do perfil e do desempenho das mulheres brasileiras nas eleições do ano passado.

O documento traz informações sobre as candidatas eleitas e as perspectivas da presença feminina na composição do Congresso Nacional na nova Legislatura. De acordo com as considerações gerais, o resultado das eleições foi frustrante para a representação feminina. Apesar de as mulheres serem a maioria da população, sua presença na Câmara dos Deputados não ultrapassa os 10%.

O mesmo se verifica com a população negra, cuja representação será de 20,3%, com base na auto declaração feita ao Tribunal Superior Eleitoral quando do registro das candidaturas. A população indígena continua alijada da representação no Legislativo. Já os homens brancos ocuparão 72,1% das cadeiras da Câmara dos Deputados. O Parlamento brasileiro continua bastante masculino, branco e empresarial.

Campanha - A campanha [“Mais Mulheres no Poder/Eu assumo esse compromisso - 2014”](#) foi uma realização do Fórum Nacional de Instância de Mulheres de Partidos Políticos, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDM), da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. A campanha permanente incentivando a inclusão de mais mulheres no poder foi lançada em 2008.

Acesse no site de origem: [SPM divulga nota sobre a participação das mulheres nas eleições de 2014 \(SPM, 16/01/2015\)](#)

Dilma Rousseff inicia, aos 67 anos, seu segundo mandato como presidente

(Agência Câmara, 30/12/2014) A presidente Dilma Rousseff assume o segundo mandato como presidente da República aos 67 anos. Natural de Belo Horizonte, Dilma é divorciada e tem uma filha, Paula Rousseff.

A presidente iniciou sua militância política aos 16 anos, na luta armada contra a ditadura militar. Foi presa em 1970 por quase três anos e submetida a tortura, na cidade de São Paulo. Após deixar a prisão, Dilma mudou-se para Porto Alegre e formou-se em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1980, ajudou a fundar o PDT. Foi secretária estadual de Energia, Minas e Comunicações, no governo de Alceu Collares no Rio Grande do Sul e no de seu sucessor, Olívio Dutra. Em 2001, Dilma filiou-se ao PT.

Durante a campanha de 2002, que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, Dilma foi da equipe responsável por formular o plano do governo na área energética. Foi convidada então a ocupar o Ministério de Minas e Energia em 2003. Permaneceu no cargo até 2005, quando foi nomeada ministra-chefe da Casa Civil, substituindo José Dirceu, atingido pelo escândalo do mensalão.

Em 2009, Dilma enfrentou um câncer no sistema linfático. Após sessões de radioterapia e quimioterapia, anunciou que estava curada da doença. Meses depois, sua candidatura à Presidência foi oficializada pelo PT e ela teve Lula como seu principal cabo eleitoral. Nas eleições de 2010, derrotou o candidato do PSDB, José Serra, no segundo turno, com 56% dos votos válidos, e tornou-se a primeira presidente mulher do Brasil.

Na eleição de 2014, venceu o candidato do PSDB, Aécio Neves, também no segundo turno. Ela recebeu 51,6% dos votos, contra os 48,4% a favor de Aécio. Essa foi a disputa presidencial mais acirrada da história política brasileira, desde a redemocratização do País. Em seu primeiro discurso como presidente reeleita, Dilma prometeu a reforma política e o combate à corrupção.

Com a vitória de Dilma, o PT se consolida como o partido que ficou mais tempo no poder desde a redemocratização. Com o novo mandato de Dilma, serão 16 anos à frente do Palácio do Planalto.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Marcos Rossi

Acesse no site de origem: [Dilma Rousseff inicia, aos 67 anos, seu segundo mandato como presidente \(Agência Câmara, 30/12/2014\)](#)

As mulheres que ‘causaram’ na política brasileira em 2014

(El País, 30/12/2014) Quando Dilma Rousseff vestiu a faixa presidencial pela primeira vez, no dia 1 de janeiro de 2011, enalteceu o fato de ser a primeira mulher eleita presidenta do país. Ao longo de seu discurso, a palavra ‘mulher’ foi dita dez vezes. “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”, disse. “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que - no dia de hoje - todas as mulheres brasileiras sintam orgulho e a alegria de ser mulher”, prosseguiu.

De fato, naquele momento surgia uma nova era para as mulheres na política. Naquele ano, além de Dilma Rousseff, 45 deputadas federais foram eleitas, além de oito senadoras e duas governadoras. Um número baixo, se levado em conta o total de parlamentares (513 deputados federais, 54 senadores e 27 governadores), mas alto, pensando no contexto sócio-político do Brasil: um país patriarcal, cuja cultura machista é amplamente enraizada, e onde a mulher só conquistou o direito ao voto muito tempo depois de ser deixada de escanteio no jogo político. Por isso, 2010 foi sim um grande ano para as mulheres na política. E ao longo do seu mandato, Dilma Rousseff deu poder a um time feminino em pelo menos dez ministérios - e ainda, Graça Foster na presidência da Petrobras.

Quatro anos depois, o cenário mudou um pouco. Foi eleita apenas uma governadora - Suely Campos (PP), em Roraima - cinco senadoras e 51 deputadas federais. Este foi o primeiro ano em que todos os partidos políticos cumpriram com a cota de 30% de mulheres entre seus candidatos. E cumprindo a lei, a participação feminina entre os postulantes cresceu 60%, em relação a 2010. Mas isso não se refletiu, necessariamente, em votos que registrassem uma mudança consistente. Talvez porque uma lei não muda necessariamente uma cultura. Pelo menos não de uma hora para outra. A mudança deveria continuar pelas mãos de Rousseff. Mas na lista ainda incompleta de ministros do novo Governo, figuram apenas duas mulheres entre os 17 nomes: Katia Abreu, na Agricultura, e Nilma Lino Gomes na Secretaria de Igualdade Racial. Ainda faltam nomes a serem anunciados, mas as pastas mais fortes serão chefiadas por homens, como a Casa Civil, que muito provavelmente continuará sob comando de Aloizio Mercadante.

Embora numericamente a participação feminina não apresente grandes avanços, algumas mulheres fizeram com que 2014 fosse um ano importante para o gênero feminino. Inegavelmente, foi uma eleição histórica, com três mulheres na disputa. As notícias não são necessariamente as melhores. Entre dólar entre as roupas íntimas à rainha eleita pelas feministas, as mulheres que causaram na política brasileira neste ano foram:

A ambientalista que mudou todas as peças do xadrez eleitoral

De vice-candidata, Marina Silva virou protagonista dessas eleições após a morte de seu cabeça de chapa Eduardo Campos (PSB) em um trágico acidente de helicóptero. O país esperou Marina Silva se pronunciar - ou talvez, antes de mais nada, se decidir - sobre o futuro de sua candidatura. Foi a público dizer que ficava. Mas as incertezas de Marina rondaram sua cabeça e sua campanha. Para tentara agradar gregos e troianos, Marina foi de um lado para outro em diversas questões, como os direitos dos homossexuais e o apoio do PSDB em São Paulo, e

renegou seu discurso 'paz e amor' ao decidir rebater os ataques dos adversários. Talvez, ainda que inconscientemente, criticou tanto Dilma Rousseff que passou a se parecer com ela. Freud poderia explicar. Ou não. A pérola "Eu prefiro perder ganhando que ganhar perdendo. Mas nós vamos ganhar ganhando" que ela soltou em sua conta no Twitter, poderia ser perfeitamente dita por Rousseff, que volta e meia se perde um pouco com as palavras.

A rainha das feministas

Seu sotaque gaúcho ficou conhecido. Luciana Genro (PSOL) virou meme. Foi chamada de musa por homens e feministas. Colocou no centro questões tabus para a política brasileira como a legalização das drogas e do aborto. Esquentou um debate entre os presidentiáveis que tinha tudo para ser morno, quando disse para o candidato tucano Aécio Neves "não apontar o dedo" para ela, enquanto ele a chamava de "leviana". Neves encolheu o indicador e quase guardou o dedo dentro do bolso e foi taxado de machista pelo resto das eleições. Genro comparou Neves ao PT, dizendo que era "o sujo falando do mal lavado", se referindo ao partido do qual foi filiada por anos, e onde seu pai ainda permanece. Foi irônica e séria, algumas vezes pendendo para um discurso um pouco ultrapassado em relação à economia. Criticou a Rede Globo em um debate na própria emissora. Perdeu as eleições, mas dos candidatos menores foi a mais bem votada, ficando em quarto lugar. Levou uma boa parte dos votos de Marina Silva e Dilma Rousseff. Já fora do jogo eleitoral, a candidata do PSOL fez seu último barulho, dizendo aos seus 1,6 milhão de eleitores: "Não votem em Aécio". Genro só fez silêncio na hora de dizer em quem votar, já que, apesar da aversão a Aécio Neves, a gaúcha tampouco declarou apoio a Rousseff.

Marina Rossi

Acesse no site de origem: [As mulheres que 'causaram' na política brasileira em 2014 \(El País, 30/12/2014\)](#)

Seminário Nacional "O Feminismo e as eleições 2014" - São Paulo, 05 e 06/12/2014

O Seminário Nacional O Feminismo e as eleições 2014 debaterá o papel das mulheres nas últimas eleições e os avanços e desafios da agenda feminista.



Secretaria Nacional
da Mulher - PCdoB

Seminário Nacional

O Feminismo e as eleições 2014

05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2014 • SP

PROGRAMAÇÃO

Dia 05.12.2015 – 17h

1. Abertura

As Eleições 2014 e as Perspectivas para o Brasil
Renato Rabelo – Presidente Nacional do PCdoB,
Coordenação da Mesa: Liège Rocha

Dia 06.12.2015 – 9h

2. As Mulheres e as Eleições 2014

Coordenação da Mesa: Raimunda Leone
Palestrantes: Clara Araújo – Professora do Programa
de Pós Graduação em Ciências Sociais UERJ, Jacira
Melo - Diretora do Instituto Patricia Galvão, Especialista
em Comunicação, Vanessa Grazziotin – Senadora
do PCdoB e Procuradora da Mulher do Senado.

12:30 – Intervalo para o Almoço

Dia 06.12.2015 - 14h

3. As Conquistas e a Agenda Feminista 2015

Coordenação da Mesa: Daniele Costa
Políticas Públicas para as Mulheres - Lúcia Rincon,
Coordenadora Nacional da UBM, integrante do
CNDM.

Beijing + 20: Liège Rocha, Secretária Nacional da
Mulher/PCdoB.

A Corrente Emancipacionista: Perspectivas e Desafios
2015 – Ana Rocha, Secretária de Políticas para as
Mulheres da cidade do Rio de Janeiro

17:30 - encerramento

Local: Braston Hotel São Paulo
Rua Martins Fontes,330, Consolação/SP

Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios

(CFEMEA, 27/11/2014) As acirradas eleições deste ano, que tiveram início em 5 de outubro e foram concluídas no dia 26 de mesmo mês com o segundo turno, apresentaram-nos antigos problemas referentes à representação política das mulheres, bem como novas preocupações.

Acesse aqui o documento em PDF: [Análise das eleições - Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios](#)

PREs tomam 63 iniciativas para cumprimento da cota feminina nas eleições de 2014

(MPF, 12/11/2014) Ao fiscalizar o cumprimento da cota feminina nas eleições de 2014, as Procuradorias Regionais Eleitorais tomaram 63 iniciativas para evitar irregularidades em 15 estados. A Lei das Eleições determina que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo e essa verificação é feita quando os Tribunais Regionais Eleitorais julgam os pedidos de registros dos chamados Demonstrativos de Atos Partidários (DRAPs).

Goiás foi o estado com maior número de iniciativas: a PRE atuou para que 15 partidos se adequassem. Mesmo assim, seis deles (PEN, PSL, PTC, PHS, PMN e PV) não o fizeram. Com a manifestação da PRE, o TRE/GO indeferiu o DRAP da Coligação Unidos por Goiás (PEN/PSL/PTC/PHS/PMN/PV), por descumprimento da cota, tornando prejudicados os registros de 51 candidatos ao cargo de deputado federal. Essa decisão tornou-se definitiva porque o Tribunal Superior Eleitoral manteve o entendimento ao julgar mandados de segurança dos candidatos.

Em Minas Gerais, sete coligações, formadas por 17 partidos, tiveram que se adequar ao percentual. Foram identificados pelo menos 31 registros fraudulentos de candidatas. Para a Procuradoria, havia indícios de falsidade ideológica praticada por dirigentes ou representantes de partidos políticos. Já no Espírito Santo, os pedidos de registro femininos sem assinatura e desacompanhados de quaisquer documentos resultaram na instauração de Procedimento

Preparatório Eleitoral (PPE).

Na Paraíba, quatro partidos (PTC, PCO, PROS e PSL) deixaram de cumprir a norma, e a PRE conseguiu fazer com que um deles (PSL) a cumprisse, já em Alagoas, apesar da iniciativa da PRE, dois partidos deixaram de cumprir a norma. No Amapá, a Coligação Juntos pelo Desenvolvimento, pela Paz e pela Vida (DEM/PSDB/SD/PSD) desrespeitou a norma. Em Mato Grosso, o PT do B deixou de cumprir a cota feminina de 30%.

Em São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal, com a atuação das PREs, todos os partidos que haviam descumprido a cota, adequaram-se. No Rio Grande do Sul, no Piauí, na Bahia e em Santa Catarina todos os partidos/coligações estavam de acordo com os parâmetros exigidos (seja pelo cumprimento espontâneo, seja pela atuação minuciosa dos TREs), não requerendo a iniciativa das PREs.

A verificação do preenchimento da cota é feita antes do julgamento dos pedidos de registro de candidatura. Transitada em julgado essa decisão, não há como exigir que o partido faça a reposição de candidatas que renunciaram ou tiveram o registro negado. Para o coordenador do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe), André de Carvalho Ramos, a legislação deve ser alterada para que a cota seja cumprida mesmo após as renúncias e os indeferimentos dos registros de candidatura. Apesar da intensa atuação fiscalizadora, ele reconhece que o momento da verificação do cumprimento da cota acaba por comprometer a efetividade dessa iniciativa.

Confira o [mapa](#) e a [tabela](#) com os dados completos e esquematizados de cada estado (dados apresentados no preenchimento do formulário enviado pelo Comunicado Genafe nº 08/2014).

Acesse no site de origem: [PREs tomam 63 iniciativas para cumprimento da cota feminina nas eleições de 2014 \(MPF, 12/11/2014\)](#)

[Conheça a nova bancada feminina na Câmara dos Deputados](#)

(Câmara dos Deputados, 04/11/2014) O site da Câmara dos Deputados do Presidência da República reuniu os nomes da nova bancada feminina de deputadas eleitas que tomam posse ou seguem com seus mandatos em 2015.

Confira a lista: [Conheça a nova bancada feminina na Câmara dos Deputados](#)

Acesse no site de origem: [Conheça a nova bancada feminina na Câmara dos Deputados \(Câmara dos Deputados, 04/11/2014\)](#)

Maioria na população, minoria na política: Por que o Congresso e os governos estaduais têm tão poucas mulheres?

(Brasil Post, 03/11/2014) Presenciamos algo inédito nas eleições deste ano. Pela primeira vez, três mulheres estavam entre os quatro primeiros candidatos com maior número de votos recebidos para o cargo de presidente da República.

No primeiro turno, Dilma Rousseff (PT) teve 41,59% dos votos válidos, seguida de Aécio Neves (PSDB), com 33,55%, Marina Silva (PSB), com 21,32% e Luciana Genro (PSOL), com 1,55%. No segundo turno, Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos, tornando-se a primeira mulher presidente do país eleita para dois mandatos.

Mas, será que o êxito das mulheres se repetiu para outros cargos políticos, incluindo Legislativo e Executivo?

Não. As mulheres ainda são minoria nos governos estaduais e no Congresso Nacional.

Na última eleição para deputados da Câmara Federal, apenas 9,9% mulheres foram eleitas. Isso quer dizer que uma mulher é eleita para cada dez deputados homens eleitos, de acordo com UOL,

No Senado, o cenário é parecido. Dos 81 senadores, 11 são mulheres, ou seja, 13,6%.

Considerando os estados, apenas uma unidade da federação (sim, UMA!) elegeu uma mulher para o governo: foi Suely Campos (PP) em Roraima.

Ela entrou na disputa no lugar do marido, Neudo Campos (PP), que teve sua candidatura barrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segundo informações do Globo.

As mulheres são maioria na população brasileira, mas, por que não temos boa parte delas na política?

“O Brasil ocupa o 120º lugar no ranking que mede o índice de mulheres nos parlamentos, perdendo até para países islâmicos, cuja cultura desprestigia a mulher na vida pública”, conta a advogada especialista em direito eleitoral e processual eleitoral e presidente do Instituto Paulista de Direito Eleitoral (Ipade), Karina Kufa.

De acordo com a advogada, diversos fatores contribuem para a falta de mulheres na política. O primeiro é que a nossa cultura ainda é patriarcal, em que muitas mulheres são preparadas para ocupar o espaço privado.

“De todas as candidaturas apresentadas por um partido ou coligação, 30% delas têm que ser de mulheres, de acordo com artigo 10, parágrafo 3º, da Lei 9.504/97. Porém, elas ainda não apresentam resultados proporcionais nas urnas”, diz.

Segundo Karina, isso acontece porque os partidos buscam mulheres que nunca tiveram qualquer interesse em se candidatar apenas para cumprir a lei.

A deputada estadual Margarete Coelho (PP-PI) confirma o estudo da especialista. Ela foi eleita vice-governadora do estado do Piauí, na chapa do atual governador Wellington Dias (PT-PI), e assume o mandato em 2015.

“Pra nós atingirmos a cota de 30% foi uma dificuldade enorme. Na maior parte das vezes, as cotas são preenchidas por candidaturas não viáveis, sem densidade eleitoral. São mulheres que estão só com o nome, não fazem campanha, apenas estão ali para atender aos requisitos legais”, ressalta a deputada ao Brasil Post.

As candidatas “laranjas” não são exclusividade de um partido ou de uma coligação específica, já que todos usam dessa manobra, em menor ou maior grau, para terem suas candidaturas aprovadas pelo TSE.

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) tem mais de 55 anos de atuação na política, tendo passado, principalmente por cargos no Legislativo e assumido a prefeitura da cidade de São Paulo de 1989 a 1992.

Reeleita para seu quinto mandato, 2015-2018, ela é também coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

Erundina entende que nem todas as camadas da população brasileira são representadas como deveriam na política e isso se aplica não só às mulheres, mas aos negros, índios, homossexuais e outros grupos minoritários.

“Os partidos cumprem as leis, mas, mesmo assim, não criam condições de igualdade entre homens e mulheres. É preciso romper a lógica da exclusão”, defende Erundina ao Brasil Post.

O problema do financiamento

Outra dificuldade encontrada pelas mulheres é o baixo repasse de financiamento para campanha, tanto de doadores como do próprio partido.

“As mulheres não estão nas mesmas instâncias partidárias que homens. Elas não têm o mesmo apoio dos partidos do que os homens. É raro vermos as mulheres assumindo diretórios, por exemplo”, declara Margarete.

O fato de termos majoritariamente homens nos cargos mais estratégicos dos partidos, nas posições que definem quais candidaturas serão beneficiadas pelas quantias arrecadadas, também contribui para o baixo número de mulheres eleitas.

“Na tentativa de ter mais mulheres no Congresso, fizemos um projeto que destina 30% do fundo partidário para projetos de empoderamento da mulher e 30% do horário político de cada coligação destinado às mulheres”, afirma Erundina.

Porém, o projeto aprovado reduziu para 5% do fundo e 10% do tempo de TV.

“Nossos esforços têm tido retorno, mas ainda num ritmo muito lento. Não conseguimos sensibilizar os parlamentares da importância do assunto”, conclui Erundina.

Jéssica Michellin

Acesse no site de origem: [Maioria na população, minoria na política: Por que o Congresso e os governos estaduais têm tão poucas mulheres? \(Brasil Post, 03/11/2014\)](#)

Comunicação nas eleições e regulação da mídia, por Rosane Bertotti

(FNDC, 31/10/2014) *A militância venceu. A verdade venceu. A força popular foi maior. Mas até quando os setores progressistas resistirão à correlação desigual de forças? A Comunicação precisa passar por duas iniciativas principais se os setores progressistas quiserem continuar avançando em termos políticos e democráticos.*

A atuação das mídias nas eleições 2014 mostrou claramente o papel central da Comunicação no processo democrático de um país. Ela consegue, entre outras coisas, fortalecer um poder estabelecido, construir simbologias e estabelecer significados compartilhados na sociedade. Ela, na clássica concepção funcionalista, de cima para baixo, ou na nova concepção de redes - horizontal - pode pautar e discutir assuntos na sociedade. Ou, ainda, contrapor.

Nesta eleição, a batalha entre informação e desinformação dominou o terreno da política.

De um lado da disputa, veículos alinhados historicamente às elites e ao capital financeiro se portaram como porta-vozes daqueles que tinham no candidato neoliberal a sua esperança de livre mercado. No afã de colocá-lo na presidência, romperam com a ética jornalística, com o compromisso público com a sociedade e se prestaram a uma tentativa vil de atacar a presidenta. Onde deveria imperar a disputa de projeto, a oposição se empenhou na criação de factóides, no desrespeito pessoal e em promover situações de incitação ao preconceito e ao ódio - que tem consequências muito mais profundas no tecido social do que em uma simples corrida eleitoral.

O ápice do ataque perpetrado pela mídia foi a atuação da já desacreditada Revista Veja, que antecipou sua edição às vésperas da eleição para publicar uma matéria sem provas ou fundamentos, acusando a presidenta de envolvimento com corrupção. Nem mesmo a matéria confirma a afirmação e a credibilidade da revista é tão baixa que não houve repercussão em outros órgãos da grande mídia.

De outro lado da disputa, os movimentos sociais, sindicais e a população não condescendente com a atuação da mídia na corrida eleitoral se contrapuseram fortemente às informações passadas pela grande imprensa, que, acostumada a se comportar como um quarto poder, ainda acredita ser a única voz ecoando na sociedade. Com a força da internet, das redes sociais e da mídia independente, os setores de esquerda argumentaram organizadamente para desconstruir as sequenciais mentiras plantadas contra a candidata.

A militância venceu. A verdade venceu. A força popular foi maior. Mas até quando os setores

progressistas resistirão à correlação desigual de forças? A Comunicação precisa passar por duas iniciativas principais se os setores progressistas quiserem continuar avançando em termos políticos e democráticos.

A primeira é a regulação da mídia. A segunda, a expansão da Internet. Ambas contam com propostas da presidenta eleita.

Durante a campanha, a presidenta Dilma se referiu à regulação econômica da mídia como uma das principais bandeiras de seu novo governo. Como um setor dos mais importantes - seja do ponto de vista econômico, cultural ou político -, o setor de radiodifusão necessita de medidas que garantam o foco de suas ações voltado para o interesse público, acima do interesse dos acionistas da empresa. Apesar de pequena, é uma sinalização de que algo, finalmente, será feito.

A Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) já sinalizava, em 2009, a organização da sociedade em torno desta luta. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) tem histórico na luta pelo equilíbrio da mídia e acreditamos que há mais a ser feito do que a simples regulação econômica. É preciso regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal; garantir pluralidade regional na produção de mídia; combater o monopólio midiático; eliminar a propriedade cruzada dos meios de Comunicação; basear as concessões de TV no interesse público, sempre lembrando que as empresas de radiodifusão ocupam, sim, espectros públicos.

O Projeto de Lei de Mídia Democrática, o FNDC e a Campanha Para Expressar a Liberdade são símbolos desta batalha pela Comunicação de qualidade, e há anos lutam pelo prevalectimento do interesse público.

Há, ainda, a luta pela expansão da Rede Banda Larga, que busca garantir a universalização do acesso e o espaço plural e democrático para a produção de conteúdo.

Respalhada pela aprovação do Marco Civil da Internet e o conceito de neutralidade da rede, a Internet vem se consolidando como um meio democrático de consultas populares, organização militante e, porque não, de aprofundamento democrático. Apesar da batalha pelo Marco ainda não estar ganha - o FNDC luta pela regulamentação da Lei e, ao ser regulamentada, lutará pela sua efetiva implementação - ela pode ser fortalecida e acompanhada pela atuação na rede.

Para garantir a atuação na rede, um passo fundamental é garantir que cidadãos de todo o Brasil tenham acesso a ela.

Durante o evento Diálogos Conectados, realizado em parceria com movimentos sociais da Comunicação, a presidenta Dilma propôs a possibilidade de extensão da infraestrutura de Internet Banda Larga a 80% do território brasileiro, no período de 4 anos. Ao justificar a ausência dos outros 20%, a presidenta salientou a necessidade de construção de satélites e outras infraestruturas que, pela complexidade, custo e tempo, não ficariam prontas no período de um mandato. Mas garantiu o cumprimento da expansão da Banda Larga.

Com essas duas medidas iniciais - regulação da mídia e expansão da Rede banda Larga - os movimentos conseguem, minimamente, disputar com mais equidade a correlação de forças na sociedade. É apenas o primeiro passo para a conquista de muitos outros avanços, mas é chegada a hora. O processo de discussão pela democratização é mais urgente do que nunca.

A militância tem função fundamental neste processo. Ela tem o poder de pressionar o governo, o Estado e as instituições, além de esclarecer a população sobre o que significa a disputa em curso. Precisamos articular a sociedade para que a luta árdua pela Democratização das Comunicações seja popularizada, para que a desinformação em torno do tema seja esclarecida e para que, cada vez mais, haja união na luta.

Quem organiza e luta, vence. A sociedade, organizada, vencerá.

Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT e coordenadora do FNDC

Acesse no site de origem: [Comunicação nas eleições e regulação da mídia, por Rosane Bertotti \(FNDC, 31/10/2014\)](#)